

28 jun. 81

Perspectivas da Serra - I

Comunidades da Serra lutam para escapar à desagregação urbana

AV15648-1
 Por **Silvia Raquel Chiabai**
 e **Suely Lievori**
 Fotos: **Joaquim Nunes**

(Continuação da 1ª página) — Sossego. Um desses bairros surgidos do nada, atolado no mangue, inidentificável na escuridão da noite. Uma sucessão de barracos, de crianças doentes, de adultos sonolentos. São 6 e 7 mil pessoas com água de poço, sem luz, sem esgoto, trabalhadores da construção civil, biscateiros ou simplesmente marginais que invadiram uma área da Serra há cerca de 5 anos convencidos das boas perspectivas de emprego na região. A vida vegetativa a que fatalmente estariam condenados foi contrariada pela lógica hegeliana de que "só o trabalho educa": à medida em que o bairro cresceu, cresceu a consciência da miséria.

A dura e comum realidade dos que saem da toca antes do sol nascer e voltam quando ele já se pôs leva a uma agregação compulsória, uma solidariedade mútua, à recuperação do sentido comunitário de existência. Essa a realidade de Sossego que, antecipando-se a sugestões externas, constituiu a trancos e solavancos sua Associação de Moradores. Como ela, as outras 13 representativas de bairros e reunidas em uma federação, surgiram de uma espontaneidade jamais prevista pelos teóricos do capitalismo, e que fazem dos Movimentos Comunitários a grande vedete do futuro político da Serra.

CONSCIÊNCIA HUMANA

A pulsação flagrante dos embriões de um gigantesco movimento de massas permite antever na Serra um pólo de lutas sociais inerentes à evolução do processo econômico por que passa a região. As reivindicações a nível de infra-estrutura começam a incomodar os menos habituados a práticas democráticas mas não deve fazer muitos estragos nas próximas eleições: a convicção dos líderes desses movimentos é de que ainda é cedo para as comunidades da Serra, que ainda não atingiram, por exemplo, o mesmo nível de mobilização dos bairros de Vila Velha, embora isso seja uma questão de tempo.

A concentração de operários em torno de suas unidades de produção será primordial, garantem eles, no processo de luta pela solução de problemas básicos que passarão naturalmente para o contexto mais amplo da luta econômica a nível político. Para os moradores de Sossego, a mobilização em torno de problemas ditos imediatos já trouxe alguns resultados: a implantação de uma linha de ônibus para servir ao bairro — da qual os moradores têm queixas, tanto pelas condições dos veículos quanto pela frequência baixa, que os faz muitas vezes esperar quase 2 horas e perder o horário de trabalho — e até um posto de saúde, que a Prefeitura instalou no ano passado mas que só funcionou no mês da inauguração, por falta de infra-estrutura. Um problema que, afinal, não é exclusividade do Sossego.

JOGO POLÍTICO

A consciência política ainda é superficial no bairro, embora o presidente da Associação dos Moradores, sr. Wolmar do Nascimento, garanta que ela tem se ampliado em função dos movimentos comunitários:

Nesta primeira reportagem de uma série de quatro, cuja publicação encerra-se na próxima quarta-feira, são abordadas as lutas dos movimentos comunitários, às voltas com loteamentos sem infra-estrutura, conjuntos habitacionais sem áreas de lazer, invasões e carência de melhores unidades educacionais e de saúde. A agricultura, que já representou o principal produto do Município, hoje está relegada a um plano secundário, devido à explosão urbana e industrial. Esta trouxe outro aspecto enfocado pela reportagem a respeito do fluxo migratório na cidade. Na segunda reportagem da série são analisados o desenvolvimento econômico e as condições de vida dos moradores da Serra. E na terceira e última a infra-estrutura, envolvendo balneários, comércio, serviços e poluição ambiental.

Vista, empregados em Construção Civil e com rendimentos médios mensais de 2 salários mínimos, comprou seus lotes há cerca de três anos por preços médios de Cr\$ 70 mil.

O comércio é precário (duas quitandas que vendem produtos não perecíveis, já que a falta de energia elétrica impede a manutenção de geladeira e conservação de alimentos) o que aumenta o desespero das donas de casa: além de terem de gastar uma boa quantia para se locomoverem até centros que dispõem de todos os produtos de primeira necessidade, ainda correm o risco de perder parte do estoque mensal — A reivindicação prioritária dos moradores, conforme esclareceu o presidente da associação de moradores do bairro, sr. Mário Gonçalves, além dos benefícios garantidos pela imobiliária por ocasião da venda dos lotes, é a de que os 15 ônibus que fazem a linha Serra passem por dentro do bairro. Reivindicação que, aliás, a Serrana ignora, alegando as condições precárias mesmo da via principal do bairro que, quando chove, "vira atoleiro".

Nos loteamentos, ao contrário das regiões de invasão, ainda é possível vislumbrar casas de alvenaria, e até alguns melhoramentos, como no caso de Boa Vista, onde 60 por cento das 300 famílias do bairro já dispõem de energia elétrica, uma farmácia e a unidade móvel de atendimento médico da PMS que realmente, passa de 8 em 8 dias.

Existem também os bairros mais antigos mas de problemas crônicos. Campinho da Serra é um desses. Servido pelas linhas Serra e Vista da Serra; o bairro mantém uma Associação há apenas 14 meses, presidida por Alfredo Erler, mas seus quase 4 mil moradores têm tradição de luta através das comunidades de base, ali-implantada pela Igreja Católica. As duas escolas de que dispõe a população — uma Municipal e outra Estadual — repetem o fenômeno comum a todo o Município: são insuficientes para atender a demanda e têm o seu funcionamento prejudicado pela falta d'água que aflije grande parte do bairro, que detém um terreno de 13 mil metros

Esse grau de mobilização e conscientização de certa forma incomum a conjuntos habitacionais pode ser explicado pela significativa presença universitária na área que, já alertada das potencialidades de um movimento reivindicatório num bairro operário, contribui decisivamente no redimensionamento do espaço comunitário. E o caso do professor de Filosofia da Ufes, Pedro Bussinger, que preside a Associação de Moradores de Laranjeiras e com alguma dificuldade tem conseguido evitar ou combater as investidas de políticos contra a organização popular. Sobre essa questão, há algo de comum nos movimentos comunitários da Serra: todos se opõem a qualquer tentativa de manipulação de partidos políticos ou instituições.

A Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base e Centros Comunitários (que em 1977 eram, em número de 3 e já em 80 estão em torno de 10 em todo o Município) também tem participação relevante no contexto das lutas populares e geralmente se desenvolve num paralelismo pacífico em relação às Associações de Moradores. As vezes não chega a haver muita distinção: as Associações surgem no seio das próprias CEB's. Como a religião predominante nos bairros da Serra é maciçamente a católica, a combatividade dos grupos de pessoas que fazem parte das CEB's fica assegurada pela "evangelização politicamente libertadora" que a Igreja tem assumido em todo o Estado, escudada pelo progressismo da Arquidiocese, e avalizada pelo padre Luciano Marini, da Igreja da Sede.

No bairro Laranjeiras, por exemplo, as CEB's estão praticamente entreteçadas com a Associação de Moradores onde, embora se admita a discussão das plataformas dos partidos, não há qualquer pretensão de condicionar a opção partidária de um elemento aos demais. Esse tipo de discussão, que avança paralela a de problemas mais imediatos, tem se acalorado com a proximidade das eleições. Onde os moradores ameaçam não esquecer que os problemas de infra-estrutura que enfrentamos são res-



Surgido de uma invasão, o bairro espera melhorias para se tornar habitável

QUADRO I

Conjuntos Habitacionais	Domicílios	Agente Financeiro
André Caloni I	683 casas-504 aptos	Cohab
André Caloni II	2200 casas	Cohab
André Caloni III	2200 casas	Cohab
Parreiral	260 casas	Inocoop-ES
Laranjeiras	1885 casas	Inocoop-ES
Pedro Feu Rosa	2050 casas (1650 embriões)	Cohab
Guaxindiba	1950 casas	Inocoop-ES
Conj. Eduard	56 casas	Cohab
Mata da Serra	476 casas	Cohab
Porto Canoá	348 casas	Inocoop-ES
Bicanga	5500 aptos	Cohab
Jacaraípe	2032 aptos	Inocoop-ES
São Diogo I	160 casas	Inocoop-ES
São Diogo II	163 casas	Inocoop-ES
José de Anchieta	1117 casas	Cohab
Eurico Salles	400 casas	Cohab
Fazenda São João	2500 casas	Cohab
Serra III (Maraja)	4510 casas	Cohab
Conj. Manguinhos	1.800 casas	Cohab
Fazenda Taboada	1500 casas	Cohab
Maringá	400 casas	Cohab
Valparaíso	3000 aptos	Inocoop-ES
Serra Dourada	2786 casas	Inocoop-ES
Calabouço	1288 casas	Inocoop-ES
Capivari I	2786 casas	Inocoop-ES
Capivari II	2700 casas	Inocoop-ES
Magistrados	62 casas	Inocoop-ES
André Carloni II (Promorar)	200 casas ou embriões	Cohab
Conj. Jardim Limoeiro	não definido pela Inocoop-ES	
Novo Porto Canoá	1200 casas	Inocoop-ES
Mata da Serra	620 casas	Inocoop-ES

...embora o presidente da Associação dos Moradores, sr. Wolmar do Nascimento, garanta que ela tem se ampliado em função dos movimentos comunitários: "O povo sabe que consegue as coisas em época de eleição. Mas, sabe também que os políticos só se achegam nessa época. Ainda outro dia a Prefeitura botou um centro comunitário no bairro. Lá eles dão marmitta, leite. Com isso eles tentam derrubar a Associação, mas não conseguem. Eu sou um que vou lá pegar marmitta, porque a gente precisa disso, já é uma ajuda. Mas a gente sabe que depois da eleição acaba".

Wolmar mostra a cartela, mimeografada, distribuída pela Associação. Nela lê-se: "Companheiros, há quanto tempo estamos lutando por água, luz, e esgoto, sem nenhuma vitória? Será que as marmittas que estão sendo distribuídas pelos políticos para se elegerem, resolvem nossos problemas? Queremos melhorias para o bairro e um bom salário para termos uma boa alimentação e saúde. Não vendemos nosso voto! Ass. Associação dos Moradores de Sossego".

CANTINHO DO CÉU

Em situação idêntica à de Sossego estão outros bairros ditos "de invasão", algum deles tendo resistido inicialmente às duras investidas policiais: Cantinho do Céu, Boa Vista, Concheiras, todos desprovidos de telefone público, água encanada, luz elétrica e qualquer tipo de assistência, já que a unidade móvel de atendimento médico da PMS não costuma marcar presença nesses bairros, garantem os moradores, contrariando as informações da Secretaria Municipal de Saúde, de que cobre todo o Município seja com posto de saúde ou com a unidade móvel de atendimento.

Segundo o presidente da Associação de Moradores de Cantinho do Céu, a principal luta dos 1.500 moradores do bairro é a instalação de energia elétrica, porque acreditam que a partir disso os demais serviços de infra-estrutura serão adquiridos mais facilmente. A insegurança, em função da inexistência de iluminação, é uma das grandes queixas da população de Cantinho do Céu, cuja renda média mensal é de um salário mínimo e a ocupação mais comum em empreiteiras da CST.

Os moradores da parte alta do bairro dependem da parte baixa para abastecer suas casas da água de poços, que têm sua qualidade comprometida pelas valas que escoam próximas, já que rede de esgoto também não há. Latas d'água na cabeça, mulheres precocemente envelhecidas reclamam as condições de vida e as doenças dos filhos. Os mosquitos infestam a noite escura do bairro ironicamente batizado Cantinho do Céu.

LOTEAMENTOS ILEGAIS

Se nas áreas invadidas os movimentos comunitários têm um longo rosário de queixas, com que descrevem seus bairros que muitos poderiam considerar inabitáveis, nos bairros surgidos de lotes legitimamente adquiridos a situação é tanto ou pouco menos precária. Responsável pelos loteamentos que deram origem a bairros com o Jardim Bela Vista, Vista da Serra, Cascata e Jardim Limoeiro, as imobiliárias Dalla Bernardina e Capixaba continuam a desrespeitar, com desenvoltura impressionante, a legislação federal e estadual que as obriga a dotar de infra-estrutura todo e qualquer loteamento num prazo máximo de 2 anos.

O loteamento Jardim Bela Vista, por exemplo, que margeia a BR-101, logo à saída da sede do Município, mantém 3 mil moradores no mais completo abandono, sem rede de esgoto, sem recolhimento de lixo, sem luz. A linha que serve ao bairro é a mesma da Serra, mas para alcançar o ponto do ônibus mais próximo os moradores têm de andar de um a quatro quilômetros. Quando chove, esse percurso se torna intransitável, e não há qualquer promessa de pavimentação, por parte da imobiliária Dalla Bernardina, que teve seus inúmeros loteamentos facilmente aprovados pela PMS nos últimos anos.

Geralmente os preços dos lotes variam de 100 a 200 mil com a correção, mas a maioria dos trabalhadores de Jardim Bela

insuficientes para atender a demanda e com a proximidade das eleições. Onde os moradores ameaçam não esquecer que "os problemas de infra-estrutura que enfrentamos são responsabilidades deles (Incoop e Cehab)", conforme explicou o presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Hélio Ferraz, sr. Darcy Benedito.

Ele conta que "o conjunto foi adquirido pelo BNH. Mesmo assim, quando da mudança, os moradores tiveram de realizar várias reformas: o chão estava solto devido ao excesso de umidade, o sistema de esgoto, entupido e o quintal cheio de cascalho. Os moradores tiveram de investir muito dinheiro para morar com um mínimo de dignidade". Queixas idênticas fazem os moradores do conjunto Vista da Serra: "A gente dá descarga num banheiro, a descarga sai no banheiro do vizinho".

A situação, para muitos insustentável, é permeada por questões menos estruturais que revoltam ainda mais a comunidade. Foi o caso da doação a particulares, por parte da Prefeitura da Serra, de uma área do Conjunto Hélio Ferraz, pertencente à comunidade. Destinada à construção de uma escola para o bairro pela planta original do BNH a área foi ilegalmente doada pela PMS e a beneficiária da transação já iniciava ali uma obra quando os moradores, unidos pela Associação, conseguiram embargá-la, provando na Justiça que a área realmente pertencia a eles. Esse tipo de denúncia também foi observada nos bairros de Anchieta e Jardim Limoeiro.

DIFERENÇAS SOCIAIS

Certo constrangimento paira na Federação das Associações de Moradores de Bairros da Serra (Limoeiro, Boa Vista, São Marcos, Campinho da Serra, Laranjeiras, Hélio Ferraz, Carapina Grande, Cascata, Vista da Serra, Mata de Serra, Jardim Bela Vista, Cantinho do Céu e Sossego). As reuniões mensais, geralmente aos domingos, têm tropeçado em obstáculos comuns aos movimentos populares; embora dispostos a levar uma luta conjunta, as associações não conseguem chegar a um consenso sobre a questão prioritária, isso porque a disparidade das condições físicas, principalmente entre bairros de invasão e conjuntos habitacionais é flagrante.

Assim, enquanto as associações de moradores de Jardim Bela Vista, Sossego, Boa Vista e Cantinho do Céu consideram de emergência uma mobilização da população em torno da falta d'água, moradores de Laranjeiras, conjunto Hélio Ferraz e Vista da Serra já consideram outro tipo de necessidade: a regularização do atendimento em transporte coletivo. Nesse ponto, a Serrana é bastante crucificada: acusada de não ter capacidade de expandir sua frota para atender ao boom populacional da região, é ameaçada pelos movimentos comunitários da Serra de um bombardeio intensivo contra seu monopólio na área. Para isso, inclusive, a Federação das Associações de Moradores promete convidar líderes comunitários de Vila Velha — com know-how da Alvorada — para trocar experiências nesse sentido.

LARANJEIRAS

O bairro Parque Residencial Laranjeiras, com suas 1.885 casas, cerca de 11 mil habitantes de renda média premiados pelo Incoop-ES, é carro-chefe do movimento comunitário do Município, um movimento que, apesar dos esforços, ainda mantém fora de seus quadros parcelas expressivas da população, notadamente a dita "marginal", dos bairros como São Diogo I e II, São Sebastião e outros. Laranjeiras reclama de um posto de saúde que "vive fechado", de uma escola de 1º e 2º Grau que "não atende à demanda", da falta de manutenção do sistema pluvial, do comércio que "deixa muito a desejar". Por isso — e por ter em sua população boa parte de uma classe média decadente, recentemente desiludida com o milagre brasileiro — a comunidade de Laranjeiras está mais próxima da efervescência política que muitos outros bairros da Grande Vitória.



A Serra antes da explosão demográfica. A ausência de infra-estrutura permanece

imediatos, tem se acalorado com a proximidade das eleições. Onde os moradores ameaçam não esquecer que "os problemas de infra-estrutura que enfrentamos são responsabilidades deles (Incoop e Cehab)", conforme explicou o presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Hélio Ferraz, sr. Darcy Benedito.

Ele conta que "o conjunto foi adquirido pelo BNH. Mesmo assim, quando da mudança, os moradores tiveram de realizar várias reformas: o chão estava solto devido ao excesso de umidade, o sistema de esgoto, entupido e o quintal cheio de cascalho. Os moradores tiveram de investir muito dinheiro para morar com um mínimo de dignidade". Queixas idênticas fazem os moradores do conjunto Vista da Serra: "A gente dá descarga num banheiro, a descarga sai no banheiro do vizinho".

A situação, para muitos insustentável, é permeada por questões menos estruturais que revoltam ainda mais a comunidade. Foi o caso da doação a particulares, por parte da Prefeitura da Serra, de uma área do Conjunto Hélio Ferraz, pertencente à comunidade. Destinada à construção de uma escola para o bairro pela planta original do BNH a área foi ilegalmente doada pela PMS e a beneficiária da transação já iniciava ali uma obra quando os moradores, unidos pela Associação, conseguiram embargá-la, provando na Justiça que a área realmente pertencia a eles. Esse tipo de denúncia também foi observada nos bairros de Anchieta e Jardim Limoeiro.

FANTASMA DAS PRESTAÇÕES

A fixação do novo reajuste da casa própria teve repercussões especialmente acentuadas na Serra, onde estão localizados nada menos que 30 projetos habitacionais, planejados, já concluídos ou em fase de execução, a maioria localizada no distrito de Carapina, a área industrial em expansão (ver quadro I). Setenta e cinco por cento é um índice de aumento considerado "abusivo" pelas populações já conformadas com o pagamento, ad infinitum, das prestações daquelas modestas casinhas, todas acintosamente iguais, todas de uma condição primária de moradia no mínimo deprimente.

No Hélio Ferraz, por exemplo, pagava-se em prestações, em 79, em torno de Cr\$ 1.500,00; em março de 80, a prestação passou a Cr\$ 2.001,00, em agosto de 80, a Cr\$ 2.409 e, com o reajuste previsto para julho, passaria a Cr\$ 4 mil. "Passaria", verbo no futuro do pretérito, é o tempo conjugado pelos mais otimistas e confiantes na luta desencadeada a partir desse reajuste. A ameaça de boicote às prestações parece ter tido algum efeito, e as autoridades dos agentes financeiros vêm a público justificar que "os salários aumentaram em quase 100 por cento".

Mas não há qualquer disposição, no movimento dos mutuários do BNH, que já defendem, inclusive, uma Associação com os devidos estatutos em que se apoiar, para assimilar o discurso governamental. Eles garantem que a quantia gasta na reforma-

Novo Porto Canoa
Mata da Serra

1200 casas
620 casas

Incoop-ES
Incoop-ES

QUADRO II

Municípios	Classes	Distribuição Percentual (%)			
		Renda Alta	Renda Média	Renda Baixa	Total
Carapina		3	16	81	100
Serra		2	19	79	100
Viana		1	19	80	100
Vila Velha		5	25	70	100
Vitória		7	35	58	100
Total		3,6	22,8	73,6	100

necessária da casa, os desobriga a engolir com tranquilidade aumentos desse nível. Há, inclusive, quem tenha lançado mão de empréstimos bancários para uma "puxada" ou reforma mais detalhada, e agora argumenta a impossibilidade de pagar duas prestações ao mesmo tempo.

As reclamações não são infundadas e podem ser constatadas mesmo nas frias estatísticas oficiais. Um levantamento do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo (Ideies) sobre demanda habitacional, demonstra que a maioria esmagadora da população serrana sobrevive com baixa renda, o que pressupõe dificuldade na satisfação de suas necessidades básicas. No quadro II, em confronto com as demais regiões da Grande Vitória, observa-se que a Serra por pouco não supera Carapina e Viana em termos de total desequilíbrio nas distribuições de renda.

Em função da implantação dos Grandes Projetos (Usina Siderúrgica de Tubarão, Usina de Pelotização da CVRD e Super Porto de Praia Mole) e do Civit a população do município da Serra poderá ir superando o quadro crítico de alguns bairros (à exceção de conjuntos habitacionais) em relação a abastecimento de água e luz. Pelo menos essa é a expectativa popular, porque um fator fundamental para o êxito do Civit é a doação de infra-estrutura da área, que beneficiaria por extensão a população instalada em torno deste centro industrial. Assim é que, de acordo com documentos da Suppin, "o Civit é hoje uma importante reserva de terrenos que o Governo do Estado detém para localizar as importantes indústrias que se estabelecerão a montante e a jusante da Usina Siderúrgica de Tubarão, estando seu projeto inteiramente ligado com a planta siderúrgica através de rodovias internas que permitirão um rápido acesso.

Todo o setor I do Civit — continua a Suppin — está devidamente infra-estruturado, contando com asfalto, água, energia, telefone e excelente sistema de tratamento de esgoto. O setor II está com parte da sua infra-estrutura pronta, dependendo da liberação de recursos por parte do Governo do Estado para término das obras, que deverá ocorrer entre os anos de 81 e 82".

A população ainda marginalizada de beneficiários desse tipo — e não é missomia — resta esperar pelo interesse das indústrias em se instalarem no Civit, para que com isso possa usufruir das mínimas condições de moradia. Enquanto isso não ocorre, a disponibilidade infra-estrutural do município da Serra permanece tão precária como em 1976, quando o Instituto Jones dos Santos Neves realizou um estudo básico na região para justificar um projeto de Centro de Animação de Carapina. Na época dispondo de dados estatísticos bastantes inferiores à situação real e atual, o IJNS traçou o seguinte quadro:

"Sem considerar as situações populacionais de 1980, em torno de 60 mil habitantes, e de 1986/1991, em torno de 300 mil Carapina já apresenta equipamentos urbanos insuficientes para as necessidades atuais. No que diz respeito à recepção de energia elétrica, a situação é de equilíbrio relativo, com a maioria dos núcleos residenciais servida, e com atividades econômicas existentes sendo atendidas a contento. Levando-se em consideração projeções feitas pelo Programa de Consolidação do Pólo de Vitória, sabe-se que não deverão existir desequilíbrios no futuro, tendo em vista que se estimava, para o Estado como um todo, uma demanda total de 591,4 MW e uma oferta total de 1.060,0 MW em 1983.

"Quanto à distribuição de água — continua o estudo do IJNS — a situação é precária. Efetivamente, só ao longo da rodovia BR-101 é que as necessidades atuais (de 1976) são atendidas, enquanto que, em alguns núcleos residenciais como os denominados São Diogo I, São Diogo II e Chácara Parreiral, existe uma situação de carência relativa. Excluindo-se esses "privilegiados locais, em todas as outras áreas a maioria dos habitantes serve-se de água proveniente de poços".

A situação descrita pelo estudo do Instituto se agravou com o vertiginoso crescimento populacional — que superou em quase 40 por cento as previsões para 1980 — só foi se acentuando com o passar dos anos. Atualmente, cerca de 60 por cento dos moradores da Serra dependem de poços para o abastecimento de água em suas casas. A eletrificação rural atende a apenas 10 consumidores, segundo dados do Cepa-ES, cerca de 1,40% dos proprietários rurais, com uma extensão de 58,8 km de linhas indicando uma densidade de 1 consumidor para cada 5,88 km de linhas.

Mas, logicamente, em função dos projetos industriais, a Companhia Espírito Santense de Saneamento — Cesan — já toma suas providências, com recursos cedidos pelo BNH através do Plano Nacional de Saneamento (Planassa), no maior financiamento contraído no Estado na área de abastecimento de água e saneamento (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros).

A Cesan explica assim o projeto: "O sistema de abastecimento de água de Carapina, projeto totalmente elaborado por técnicos da Cesan, tem por objetivo o atendimento da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Porto de Tubarão e Usinas de Pelotização da CVRD, outras indústrias implantadas e programadas para a região de Carapina, além de toda a população prevista para o município da Serra até o ano 2.000, compreendendo a sede municipal, os distritos de Carapina, Carapebus, Manguiños, Jacaraípe e Nova Almeida, num total de até 700 mil habitantes. A primeira etapa do sistema, que terá capacidade de 200 milhões de litros por dia, tem sua conclusão prevista para o segundo semestre de 82. A segunda etapa ampliará esta capacidade para 440 milhões de litros por dia, para atendimento da evolução da demanda de água a ser requerida pela expansão industrial e populacional da região em questão".

O Sistema Carapina consta de captação (no rio Santa Maria da Vitória), Estação Elevatória, Adutora, Estação de Tratamento, Reservatórios, Adutora para a CST e Rede de Distribuição (138.000 metros de tubulação em ferro fundido e PVC com diâmetros entre 50 e 800 milímetros).

Embora se possa pressupor desse ambicioso projeto, que o abastecimento de água de todo o Município da Serra estará regularizado a partir de sua conclusão, há que se atentar para o fato de que a Cesan exclui, dos beneficiários diretos de Sistema Carapina, "os conjuntos habitacionais e loteamentos particulares", alegando que "as redes de distribuição desses serão executados diretamente pelas empresas promotoras desses empreendimentos".

Essa convicção da Cesan deixa pessimista expressiva parcela da população do Município, exatamente a que, iludida pelas imobiliárias, adquiriu seu lote sob promessa de que estaria totalmente infra-estruturado num prazo máximo de dois anos. A PMS aprovou 4 loteamentos em 78, 22 em 79 e 6 em 80. Cerca de 70 por cento desses loteamentos não dispõem de água, luz, telefone público, rede de esgoto, calçamento, linha de ônibus, etc.

Continua na página seguinte

Perspectivas da Serra - II

Indústrias e crise do café aceleram migração

O fluxo migratório ao município da Serra poderá se acentuar em proporção maior do que as previsões mais otimistas. É que, além do aparentemente incontrolável abandono do campo em função da crise cafeeira — da qual o Espírito Santo é um dos maiores herdeiros — e da natural atração que os grandes projetos industriais previstos para a região exercem sobre as sofridas populações rurais, um fator adicional impulsiona milhares de pessoas diariamente se deslocarem de suas cidades em busca de novas perspectivas: o desemprego que assola as principais capitais do País (ver quadro A) e que pode deflagrar o êxodo nessas zonas urbanas cujo setor industrial está em crise. A Serra os receberá de braços abertos? O Poder Público acredita que sim. Tanto que já instalou um Centro de Recrutamento de Migrantes em Carapina, que tem atendido a uma média de 80 pessoas por dia; autorizou a IJSN a elaborar um Plano de Ordenamento Urbano da Serra; e aguarda, com a tranquilidade dos que têm o dever cumprido, os bons frutos de seu investimento.

ILUSÃO

Localizado — ao lado do Posto Planalto, em Carapina, o Centro de Recrutamento de Migrantes, ligado à Secretaria de Bem Estar Social e à PMS entrou em funcionamento, extra-oficialmente, em outubro do ano passado. Desde então, já empregou 4 mil pessoas, a maioria proveniente de Minas Gerais — Ipatinga, Cachoeira Escura, Belo Horizonte, Governador Valadares, Coronel Fabriciano, Itabira, Iapê, Nanuque e Acesita — e sul da Bahia.

A ocupação mais comum é servente e ajudante de obras, cuja remuneração é de Cr\$ 36,50 por hora (novatos) e Cr\$ 41,14 p/h (veteranos), que significam Cr\$ 8.640 por mês, e Cr\$ 9.840 por mês, respectivamente, com opção de marmita que a empresa oferece por Cr\$ 20,00 ou Cr\$ 50,00. Os empregos nas empreiteiras da CST são, na sua maioria, provisórios. Por isso grande parte dos trabalhadores que procuram o posto do Sine não têm na agricultura sua ocupação anterior, mas são operadores de máquinas, de guindastes, serventes, carpinteiros, armadores, vigilantes, auxiliares de topografia e enfermagem, que acompanham a "gata" (que é como chamam a empreiteira).

Muitas vezes a empreiteira nem bem se instalou e eles já chegam às centenas", contou o atendente do posto de Carapina. A maioria deles já porta carteira de trabalho assinada na categoria de servente ou assistente. São pessoas entre 15 e 50 anos, quase sempre sozinhos, deixando a família no local de origem, para onde costumam enviar pensão mensal. Raramente ocorre algum peão trazer a família. Nesse caso, o centro de recrutamento, através da Seb's, providencia um barraco onde instala os migrantes.

A procura de emprego pela população capixaba é bastante inferior a de trabalhadores de outros Estados. Do interior aparece gente de Pinheiros, Nova Venécia, Baixo Guandu e Ecoporanga, e da Grande Vitória moradores de Campo Grande, Viana e Cariacica, que geralmente demonstram interesse em transferir residência para o município da Serra, devido aos gastos com passagens. Os homens geralmente são empregados na Sermaco, Christiani Nielsen, Convap, M. Roscoe, Mascarenhas, Barbosa Roscoe, Concic, Esusa, Ebe, A. Madeira, Chatot, Transferma, Tracomal, Santa Bárbara, Imeg, Brasília-Guaíba e Máximo Engenharia. As mulheres conseguem colocação com maior dificuldade: somente a Blomaco as aprova em seus quadros com alguma frequência (cerca de 400 já foram empregadas através do posto de atendimento de Carapina). Entretanto a procura de trabalho por parte do sexo feminino tem aumentado extraordinariamente, possivelmente em função da necessidade de aumento da renda familiar, que além de estar corroída pela inflação tem na Serra um dos mais baixos níveis: 2,97 salários mínimos regionais e a renda média familiar no Município.

POU: de como ordenar o desvario migratório

Com base justamente nas perspectivas de boom



Os filhos dos migrantes deslocados em ambiente que não é o seu

uma única cidade de riquezas histórica e recreação passiva".

A terceira das três áreas, Complexo Carapina/Praias, mereceu maior rigor dos técnicos do Instituto, que explicam: "Este complexo, cujas áreas têm funções distintas e complementares, é a parte mais importante deste trabalho. Na área de Carapina situa-se além da área habitacional mais significativa, o conjunto siderúrgico e portuário de Tubarão/Praia Mole, Centro Industrial de Vitória-Civit, além de indústrias e serviços variados, localizados principalmente ao longo da BR-101. Esta é a área mais dinâmica de ocupação do Município. Para ela propomos o adensamento da ocupação até taxas de cerca de 400 hab/ha, de modo a suportar a massa de trabalhadores nos complexos industriais e, ao mesmo tempo, reforçar as condições de suporte do Centro de Animação de Carapina".

As indústrias, serviços e comércio serão aí dispostos de modo a permitir um ordenamento nessas atividades. Deve-se reforçar esta área como a de ocupação principal em todo o Município significando com isto que se deve direcionar para esta região a localização dos conjuntos habitacionais a serem implantados pelo Poder Público ou empresas, já que esta é a área natural de habitação da mão-de-obra empregada nas indústrias", sugere o IJSN.

"A outra parte do complexo — as praias — têm seu ponto principal em Jacaraípe onde, ao lado do uso turístico, já existe população fixa significativa. Essa área deve admitir um adensamento até uma faixa de 200/250 hab/ha, viabilizando um comércio que caracterize um pequeno centro turístico e de bairro. As outras praias — Manguinhos, Bicanga, Carapebus — deverão apenas permitir uma ocupação com baixa densidade — 100 hab/ha — como já existente, pois se caracterizam mais como área de lazer que complementa a área habitacional e de trabalho de Carapina".

"Entre Carapina e a faixa litorânea correspondente, o que se apresenta hoje é uma área com alguns

dos olhos" do ex-secretário Arlindo Vilaschi, em que inclusive o POU da Serra ainda insiste, parece destinado a um inexorável engavetamento, apesar de o IJSN ratificar a necessidade de implantação de um projeto desse tipo na área de Carapina, que constaria basicamente, da concentração de equipamentos e serviços numa determinada área visando principalmente o surgimento de economias de aglomeração que redundariam em um atendimento mais adequado à classe operária do Complexo Industrial.

Centro de Animação: atropelado pelas prioridades

Sem dúvida, um projeto muito bem intencionado, embora já reconhecido, em uma versão preliminar, necessitar da imprescindível integração dos três níveis do Poder Público — federal, estadual e municipal — para sua viabilização. "O discurso humanista do projeto, entretanto não chegou a impressionar o Banco Nacional de Habitação, apesar de ter frisado as grandes vantagens econômicas do projeto para a região (através do comércio local, sem a dependência — hoje calculada em 70 por cento — em relação a Vitória). Reivindicando a desapropriação de uma área de 337 mil m² então ocupada por residências rústicas, loteada com 29 chácaras e 51 pequenos lotes, completamente desprovido de ruas traçadas, o projeto de Centro de Animação de Carapina custaria na época (1979) por volta dos 20 milhões, e estaria localizado nas imediações de Jardim Limoeiro ou entrada de Jacaraípe. O projeto foi vetado pelo BNH que suspendeu o convênio com a PMS para desapropriação da área sem maiores explicações.

Na Companhia de Desenvolvimento da Serra (Comdeserra), admite-se que o Banco "tenha refletido em termos de melhorias da infra-estrutura do Município, e preferido investir em escolas, saneamento". Além disso, segundo técnicos da Comdeserra, "leve-se em consideração que um centro comercial surge espontaneamente, do natural interesse de empresários do setor comercial em investir nesta ou naquela área".

Entretanto, pelo que se pode concluir de um estudo básico sobre o Centro de Animação, a sua maior necessidade incide justamente sobre o fato de o comércio instalado nos bairros já existentes ser insuficiente e inadequado às necessidades da demanda. No Plano de Estruturação de Espaço Urbano da Grande Vitória, de 1976, a Seplan já alertava que "Carapina é o centro geográfico do Norte da aglomeração e a interseção das principais vias da área. A proximidade das grandes áreas industriais projetadas e em implantação exigirá as extensas redes de serviços de todo o tipo: administrativo, financeiros, assistenciais, educacionais, etc. A proximidade de possíveis fontes de poluição exigirá uma atenção particular para instalações adequadas de equilíbrio, tais como áreas verdes, parques, áreas desportivas, centros sociais etc."

E o IJSN arrematava: "O Centro de Animação de Carapina terá como principal característica a função de apoio à zona industrial. Entretanto, servirá também, como um CA regional, tanto para a área com predominância de classes de baixa renda da Serra (sede) quanto para aquelas de predominância da classe média e alta (Jacaraípe)".

O Centro de Animação iria dispor de terminal de passageiros, serviços públicos, com agências da PMS, EBCT, Inamps, Secretaria de Educação, Ministério do Trabalho, Cesan, Escelsa, Telest, Centro Social Urbano (CSU), Biblioteca Pública, cinemas, pequeno teatro ou mini-teatro, bancos, hotéis, estabelecimentos de ensino de pequeno porte, livrarias, papelarias e bancas de jornais, agências de viagens, serviços profissionais, tais como alfaiates, barbeiros etc., locais para cultos, comércio local e comércio principal de pequeno e médio portes, supermercados, restaurantes, bares, sorveterias, lanchonetes e confeitarias, farmácias e drogarias, área para recreação e lazer, área para estacionamento, delegacia de polícia, posto do corpo de bombeiros, pequenos artesanatos. As residências complementariam o ambiente do Centro de Animação, fazendo com que ele não fosse apenas um centro de serviços de apoio de funcionários

EDUCAÇÃO

No ensino, destacam-se evasão e analfabetismo

De um modo geral, o setor educacional do município da Serra enfrenta todos os problemas crônicos — porque não estruturais — do Ensino brasileiro: acentuado índice de evasão nas primeiras séries do 1º Grau, tendência afuniladora nas últimas séries deste nível, que faz insignificante o número de estudantes que chegam a cursarem o 2º Grau, além do expressivo índice de analfabetismo, notadamente na mão-de-obra desqualificada que caracteriza os fluxos migratórios muito intensos nos últimos anos.

A capacidade de atendimento da rede escolar do Município é relativizada pelo deslocamento de estudantes dos bairros mais próximos a Vitória para escolas da capital. A Secretaria de Educação não dispõe de dados que comprovem o grau de dependência escolar da Serra em relação a Vitória, mas é possível afirmar que a nível de 2º Grau essa tendência é bem acentuada, já que o município da Serra dispõe de apenas uma escola secundarista, segundo informações da Secretaria Municipal de Educação, que atende a apenas 39 alunos com seus 8 professores. A PMS mantém uma escola técnica e o Estado outras duas, que atendem a 309 alunos no Município (quadro I).

Embora ainda não tenham sido liberados pelo IBGE os dados que comprovem a demanda escolar neste ano de 1980, não seria temeridade garantir que a oferta de vagas é extremamente baixa, e muito inferior às necessidades da população, um fenômeno observado não só no 2º Grau, onde é flagrante o desequilíbrio oferta-demanda, ou no pré-escolar, mas também no 1º Grau, onde as redes municipal e estadual não acompanharam o crescimento natural da população infantil, ainda mais intensa em função das migrações.

Assim é que a obrigatoriedade e gratuidade dos estudos a todas as crianças de 7 a 14 anos, previstas pela Lei 5692/71, não se traduz em realidade no município da Serra, dada a incapacidade do sistema escolar público em ampliar a oferta de vagas em consonância com a expectativa da população. A agilização dos movimentos migratórios, prevista para os próximos anos na Serra, tende a gravar ainda mais esse quadro de carências.

Por outro lado, a insuficiência do atendimento da rede escolar no Município é justificado pelas autoridades da educação como decorrentes de outros fatores além da pura e simples falta de vagas. Alegam que as crianças de baixa renda constituem a maior parcela dos escolares que apresentam o fenômeno de repetência e evasão; que a inexistência de escolas em áreas de alta renda não tem impedido que suas crianças tenham acesso à escola, já a mesma disfunção em áreas carentes tem sido fatal.

Esse tipo de constatação leva a que a dependência do município da Serra em relação a outros municípios vizinhos, especialmente Vitória, seja considerada apenas a nível de alta renda. Isso justificaria,

em última análise, o desequilíbrio oferta x demanda, já que as escolas, situadas em bairros carentes, estariam atendendo prioritariamente às famílias de baixa renda, ou aquelas que dependem fundamentalmente da proximidade da escola para dar escolaridade aos filhos.

Essa porém, não é a realidade da Serra, onde os inúmeros loteamentos — habitados justamente por famílias de baixa renda — carecem de escola e muitas vezes a mais próxima fica a vários quilômetros de distância. Dispõem de estabelecimentos de ensino, no município da Serra: Carapina, Fátima, Boa Vista, Carapina Grande, Concheiras, Sossego, José de Anchieta, Laranjeiras, São Geraldo, Jardim Limoeiro, São Diogo I, São Diogo II, São Sebastião, Chácara Parreiral, Atlantic Veener, Taquara, Pitanga, Barro Branco, Fazenda Cacu, Vista da Serra, Serra, São Domingos, Manguinhos, Campinho da Serra, Ponta da Baleia, Vila Jacaraípe, e Nova Almeida, além de outras consideradas rurais, em Carapebus, Calogi, Putiri, Camará Clube, etc. Grande parte delas, como se pode observar nos quadros 2 e 3, estão em precárias condições, necessitando de reparos. Embora se afirme que muitos dos bairros, que não possuem escolas estão "sob área de influência" dos estabelecimentos de ensino de bairros vizinhos, a realidade é que na maioria dos casos a escola mal tem condições de absorver a demanda do bairro em que está localizada.

Num estudo sobre Dimensionamento e Localização da Rede Escolar da Grande Vitória o IJSN já observava que "a falta de planejamento até o momento fez com que as escolas (da Serra) fossem implantadas próximas umas das outras, cada uma delas não atendendo às exigências mínimas para o funcionamento de uma unidade para fins educacionais. A precariedade das condições físicas — barracos e escolas singulares — constituem outro fator significativo para a ineficiência do sistema escolar pois, embora exista a mística de que para educar, o prédio escolar não é fundamental a falta de áreas mínimas, de condições de higiene, de segurança e funcionalidade dos ambientes passa a ser obstáculo para a ação educativa".

As propostas para superar essas distorções comuns ao setor educacional de todo o País seriam, segundo técnicos da Seplan, a adequação do currículo, distribuição de material, alimentação, complementar, assistência médico-odontológica e nutricional, professores melhor qualificados para atendimento dessa população, com estímulos diversos, segundo nova política de pessoal e de salários, utilização de novas metodologias, programas especiais de recuperação e aceleração, subsídio ao transporte escolar para os alunos de 5ª e 8ª séries. Mas isso implicaria, obviamente, numa total reestruturação do Ensino e vultosos recursos para esse processo, o que explica — embora não justifique — a insistência dos administradores em tentarem corrigir os desequilíbrios com medidas paliativas.

QUADRO I

ATENDIMENTO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DA SERRA — 1979

ADM NÍVEL	Municipal	Estadual	Particular	Total
-----------	-----------	----------	------------	-------

Com base justamente nas perspectivas de boom populacional é que o IJSN elaborou, para cada um dos Municípios potencialmente vítimas da inchação urbana que os Grandes Projetos e o Civit têm desencadeado, um Plano de Ordenamento Urbano, que para Vitória se chamou Plano Diretor Urbano, tão polêmico quanto mal interpretado. Para o município da Serra, o IJSN traçou uma legislação a partir de linhas gerais da ocupação do espaço do município da Serra, que foi organizada em três setores ou áreas distintas: a primeira, Serra, sede do Município; a segunda Nova Almeida e a terceira, chamada pelo Instituto de Complexo Carapina/Praias. Pronto e enviado à PMS, o POU da Serra contém cláusulas que, a exemplo do que ocorreu em Vitória, deverão passar pelo crivo de interesses dos vereadores da Câmara Municipal, das pressões econômicas que o permearão de vetos e alterações. Essencialmente, faz as seguintes sugestões:

A ocupação da primeira área — a sede do Município — deverá "ser mantida com uma densidade relativamente baixa, de modo a preservar os valores da ocupação atual. Os espaços contemporâneos implantados podem se harmonizar com os espaços tradicionais, cuidando-se entretanto, para que a sua ocupação não ultrapasse uma densidade estabelecida entre 150 a 200 hab/ha, de modo a reduzir os custos infra-estruturais. Quanto aos monumentos históricos, recomenda o tombamento, conforme plano existente no IJSN sobre Patrimônio Histórico, e o espaço cultural, típico de nosso urbanismo primitivo, conservado enquanto espaço urbano".

Para Nova Almeida o POU-Serra propõe a "conservação e utilização turística do monumento e espaço urbano históricos com investimentos nessa faixa, assim como da praia e mesmo a pesca, tudo porém estreitamente relacionado ao valor do monumento e o caráter histórico da localidade. O uso residencial deve se manter em densidades baixas (100/150 hab/ha) e as construções não poderão exceder a três pavimentos além de eventual pilotis, em áreas onde não possam interferir com o monumento e a esplanada histórica ou a encosta da colina".

Como parte da área urbana de Nova Almeida, inclusive a praia principal, está no município de Fundão, o IJSN propõe a elaboração de uma legislação própria, que procure integrar os mecanismos administrativos dessa área, uma vez que ela, por sua natureza, uso e localização, tem função exclusivamente direcionada ao lazer e ao turismo. "Os espaços interligam-se e complementam-se, caracterizando-se

"Entre Carapina e a faixa litorânea correspondente, o que se apresenta hoje é uma área com alguns loteamentos, um grande número de sítios, granjas e clubes, ocupando sempre grandes áreas. Deve-se permitir na área, o loteamento, mas com baixa densidade — 100 hab/ha — considerando-a mais como reserva de expansão urbana do que propriamente uma área urbana".

Não é preciso ser muito perspicaz para constatar que o POU-Serra contraria interesses e intimida pretensões. Mas há quem até sugira cláusulas adicionais, como é o caso da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes) que há algum tempo vem pleiteando, junto à PMS, uma legislação mais rigorosa que impeça as indústrias se instalarem fora da área do Civit. Por outro lado, o projeto do Centro de Animação de Carapina, uma espécie de "menina

posto do corpo de bombeiros, pequenos artesanatos. As residências complementarizam o ambiente do Centro de Animação, fazendo com que ele não fosse um local deserto fora do horário de funcionamento do comércio. Além disso, não seriam permitidas instalações industriais na área reservada ao CA.

Com as verbas que inicialmente viabilizariam o projeto do Centro de Animação, a PMS, Via Comdesserra, realizou obras de drenagem, incluindo esgoto, nos bairros São Diogo I e II, Carapina I, Bairro de Fátima, Hélio Ferraz, Chácara Parreiral, Bairro Feu Rosa, Taquara I e II, Camará, Sobrapá, São Geraldo, Jardim Limoeiro Carapina Grande, São Domingos, São Judas Tadeu, Pitanga, Vila Nova e Barro Branco. Foram construídos ainda acessos a São Diogo I e II, Chácara Parreiral/Laranjeiras, e a CST: e duas escolas, uma em São José e outra em Sossego.

QUADRO A
DESEMPREGO (ANO 1980)

Mês	Rio de Janeiro	SP	BH	Porto Alegre	Salvador	Recife
Janeiro	7,9%	6,8%	—	—	—	—
Fevereiro	7,81%	6,72%	—	—	—	—
Março	8,10%	6,60%	—	—	—	—
Abril	7,52%	5,81%	8,62%	4,65%	—	—
Maio	8,12%	5,85%	7,75%	4,60%	—	—
Junho	7,96%	5,38%	7,82%	4,94%	7,84%	6,95%
Julho	8,16%	5,27%	7,30%	4,83%	7,61%	7,05%
Agosto	8,00%	5,21%	7,65%	4,89%	7,45%	7,54%
Setembro	6,88%	5,35%	7,12%	4,77%	7,71%	7,21%
Outubro	6,86%	5,24%	7,69%	4,42%	6,46%	6,65%
Novembro	6,51%	5,15%	7,51%	3,97%	6,14%	6,46%
Dezembro	6,47%	4,36%	7,08%	3,90%	6,41%	5,81%
ANO 1981						
Janeiro	7,99%	7,21%	9,58%	4,81%	8,57%	8,18%
Fevereiro	8,16%	7,49%	10,17%	6,12%	8,33%	7,93%
Março	8,86%	7,47%	9,95%	6,79%	9,14%	8,80%
Abril	8,94%	7,77%	9,68%	6,48%	9,78%	8,97%

Fonte: IBGE

ATENDIMENTO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DA SERRA — 1979

ADM NÍVEL	Municipal	Estadual	Particular	Total
MATERNAL	1	—	—	—
matricula	63	—	—	—
professores	1	—	—	—
JARDIM	8	6	9*	23
matricula	337	517	536	1390
professores	10	20	30	60
1º GRAU - 1ª a 4ª séries	33	22	—	55
5ª a 8ª séries	—	1	—	1
1ª a 8ª séries	4	6	2	12
matricula	8103	9460	362	17925
professores	239	251	18	508
2º GRAU	—	1	—	—
matriculas	—	39	—	39
professores	—	8	—	8
ESCOLA TÉCNICA	1	2	—	3
matricula	79	330	—	409
professores	11	28	—	39

* Dois deles com 1º grau

Fonte: Secretaria de Educação da PMS

QUADRO II
PREVISÃO DE DEMANDA ESCOLAR — SERRA

Nível de Ensino	Demanda provável em 84
Pré 1º Grau	10.904
1º Grau	22.383
2º Grau	2.295
Fonte: IJSN	—
ATENDIMENTO DE 1º GRAU SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA 1979 — MUNICÍPIO DA SERRA	—
—DEP. ADMINISTRATIVA	% TOTAL DE ATENDIMENTO
Estadual	55,0%
Municipal	42,6%
Particular	2,4%

Fonte: Sedu — IJSN

Lela na próxima terça-feira a segunda reportagem da série, abordando o desenvolvimento econômico x condições de vida (experiência nacional, efeitos da carência de infra-estrutura, economia como sinônimo de quantidade e não de qualidade e CST)

A CIMEF não faz só teares para mármore e granito.

Fabrica equipamento para a indústria de cimento, cal e siderurgia - Pontes Rolantes Transportadores - Pórticos - Bombas Especiais Máquinas sob Encomenda.

CIMEF

COMÉRCIO INDÚSTRIA MECÂNICA ELÉTRICA E FUNDIÇÃO LTDA.

Rodovia Cachoeiro/Muqui Km 2
Fone: (DDD 027) 522-2944 - Telex (0272) 232 - Cxa. Postal, 22
Cachoeiro de Itapemirim - ES.

CASA DA BORRACHA

Borracha em Geral e Material de Construção

DISTRIBUIDOR DOS PRODUTOS:

**GOODYEAR - AEROQUIP
TINTAS YPIRANGA**

Rua Cel. Francisco Braga, 67/69

Fones: 522-1108 e 522-6215 Cachoeiro de Itapemirim — ES

Banco entrega conjunto com 955 residências

O Banco Nacional de Habitação informou ontem que será inaugurado amanhã um conjunto residencial em Cachoeiro de Itapemirim, beneficiando cerca de 955 famílias. Segundo previsão do BNH, até o final do ano serão entregues mais 13 conjuntos em todo o Estado, num total de 8.148 unidades, beneficiando cerca de 40.740 pessoas.

A informação foi concedida pelo gerente da agência local do BNH, sr. Luiz Borges de Mendonça que, analisando a participação do BNH no financiamento de habitações, afirmou que "a meta traçada para 1980, com 450 mil habitações, foi superada com a concessão de mais de 500 mil financiamentos".

Disse o sr. Luiz Borges de Mendonça que "na área de interesse social, foram concedidos 336.544 financiamentos, que demonstram a acentuada prioridade para os financiamentos destinados à população de baixa renda".

NOVOS CONJUNTOS
Os conjuntos, que até o final do ano deverão ser entregues pelo BNH, são: na área do Inocoop — Itaparica I, Itaparica III, Moacyr Brotas, Cachoeira Grande e Ilha dos Bentos.

Chuvas não impedem concurso de quadrilhas

As chuvas registradas anteontem à noite, não impediram a realização da primeira fase do concurso de quadrilhas comunitárias, evento que está sendo realizado em Camburi, no local da Feira dos Municípios. A primeira vencedora foi a quadrilha da comunidade Castro Alves, de Goiabeiras III, assistida por um público considerado pequeno pela Unidade Comunitária de Integração Social (Ucis), uma das promotoras dos festejos.

Vinte e duas quadrilhas juninas do Município de Vitória estão participando, da Arraiáção Comunitária, o primeiro Concurso Comunitário de Quadrilhas, em promoção da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) e Unidade Comunitária de Integração Social (UCIS).

O esquema quanto à segurança e trânsito, foi o mesmo traçado para a Feira Capixaba dos Municípios — "manteve-se a mesma estrutura", disse ontem o procurador da Ucis, sr. Alcy Ribeiro da Costa. Várias atrações estão sendo apresentadas, além das barraquinhas e das quadrilhas que concorrem ao troféu de melhor quadrilha do município. A Arraiáção Comunitária se estenderá até amanhã.

A idéia partiu da comunidade do bairro Santa Martha, informou a sr^a. Ruth Gomes Rodrigues, secretária Municipal de Desenvolvimento de Programas Educacionais (Sempe) e presidente do Mobral municipal. Com o apoio da Ucis e da Secretaria Municipal de Turismo, estudou-se uma maneira de reunir diversas comunidades do Município de Vitória para uma "festa de confraternização", quando a comunidade de Santa Martha "teve a feliz idéia de pensar numa grande festa junina", disse a sr^a. Ruth Gomes Rodrigues.

Contando com cerca de 90 barracas, sendo que setenta por cento já ocupadas — existe a possibilidade do número aumentar até o final da festa — a festa junina comunitária girará em torno do concurso de quadrilhas. O setor de informação da festa está a cargo da Empresa Capixaba de Turismo (Emcatur) e o setor de animação, da Secretaria Municipal de Turismo e do Mobral municipal.

Os prêmios para as melhores quadrilhas — a serem julgadas por um júri composto de repre-

sentantes de diversas comunidades — serão através de troféus, oferecidos por noite. Amanhã, as três quadrilhas vencedoras de cada noite, serão reapresentadas e concorrerão ao troféu de melhor quadrilha do Município. Ontem foram apresentadas oito quadrilhas, hoje mais oito e amanhã as seis restantes.

Os critérios de julgamento seguem os seguintes itens: nota para os noivos isoladamente; ritmo; trajas e evolução (a harmonia dos componentes da quadrilha). Além das barraquinhas que estão oferecendo comidas típicas e bebidas, a festa conta com duas grandes fogueiras simbólicas.

PROGRAMAÇÃO

A primeira fase da programação de hoje é a seguinte: às 17 horas, a apresentação de dança folclórica pelos alunos da Escola Otto E. Junior; a seguir, uma apresentação de samba com os alunos da Escola de Aprendizes de Marinheiros e alunos da Escola de 2º Grau Godofredo Schneider; às 18 horas, um número de jazz pelas alunas da mesma escola e, às 19h30, apresentação de sambas e mulatas do bairro Vereador Favalessa.

A segunda fase é a apresentação das quadrilhas que concorrem ao prêmio. Essa fase se iniciará às 19 horas, no ringue de patinação da Feira dos Municípios e se estenderá até às 22h30, com a apresentação de oito quadrilhas de várias comunidades de Vitória. As atrações para amanhã, domingo, serão iniciadas às 15 horas, conforme o programa.

Das 15 às 16 horas, serão apresentadas várias quadrilhas mirins, às 16h30, a apresentação de capoeira pela comunidade do Bairro da Penha; às 17 horas, dança dos bastões; às 17h30, casamento na roça, do bairro República. A partir das 18 horas, as quadrilhas concorrentes começarão a se apresentar até às 20h30. A partir das 21 horas, serão chamadas as três quadrilhas vencedoras para a disputa final do primeiro lugar.

Iesbem instala agência de adoção em julho

O Instituto Espírito Santense do Bem-Estar do Menor (Iesbem) irá instalar, no mês de julho, a agência de adoção dos menores, que irá funcionar acoplado à creche do Centro de Recuperação e Triagem da unidade, no Município de Cariacica.

Segundo informou o Iesbem, está pronta a infra-estrutura material e humana para a instalação da agência. Os recursos para o funcionamento da agência já foram solicitados à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), que equacionou o seu fornecimento.

PROJETO

O projeto de instalação da agência de adoção de menores será desenvolvida por uma equipe interprofissional, composta de dois assistentes sociais, um médico e um psicólogo, ficando a coordenação a cargo de um dos técnicos do Iesbem.

A equipe interprofissional contará ainda com o apoio de recepcionista, datilógrafo, motorista e servente. A colocação do menor em lar substituto será precedida de encaminhamento do Instituto Social ao Juizado de Menores, para apreciação e autorização do pedido de concessão do termo de guarda e responsabilidade do menor.

As famílias candidatas à adoção serão submetidas a uma triagem com base em entrevistas, visitas domiciliares e estudos para levantamento do seu nível educacional e sócio-econômico. Serão ainda analisados a saúde física e mental, motivação para adoção, características psicológicas do casal, relacionamento familiar, além da receptividade dos futuros pais quanto à necessidade de esclarecer o menor da sua situação de adotado e de manter



Aumento do preço do frete gerou crise no transporte

Camioneiros esperam há 10 dias sem carga de retorno

Por falta de carga para transportar para outros Estados, cerca de 50 camioneiros estão parados no Posto Treze de Maio, em Viana. A maioria veio a Vitória, transportando material para a Companhia Siderúrgica de Tubarão e não encontrou retorno. Além disso, devido à disponibilidade de grande número de carretas houve uma diminuição no preço dos fretes.

Alguns camioneiros estão parados há mais de 10 dias. Outros devido às dificuldades financeiras, abandonaram as carretas no posto e voltaram para casa. Os que ficaram à espera de frete comentam que esta situação está ocorrendo principalmente na região da Grande Vitória. Em outros Estados há mais facilidade em se conseguir uma carga.

SEM DINHEIRO

"O máximo que a gente fica em outros lugares é dois dias, mesmo assim, quando escolhemos a carga", comenta o camioneiro Mário A. da Silva, proprietário de uma carreta Fiatt 77 e que há 12 dias está à espera de carga. Ele veio do Rio de Janeiro, transportando material para a CST e pretende retornar para qualquer outro Estado.

Nesses 12 dias seu dinheiro terminou e as refeições estão por conta de outros camioneiros. "Nem dinheiro para o óleo diesel eu tenho", afirma o sr. Mário. "Para encher o tanque gasto cerca de Cr\$ 28 mil". Outro fato é que, devido à oferta, há, consequentemente uma diminuição no preço do frete, oferecido a Cr\$ 1.150 a tonelada.

Além disso, os camioneiros se queixam da concorrência. Normalmente, quem oferece a carga são intermediários de empresas transportadoras ou das indústrias. Com isso ganha a carga quem pagar mais para esses intermediários. "As vezes temos que pegar, e muito, para receber a carga", queixam-se os camioneiros.

VOLTA

Na semana passada, entretanto, havia maior quantidade de carretas estacionadas no posto Treze de Maio e nos terrenos próximos ao acastelamento. "A situação estava tão ruim", comentam os camioneiros, "que não havia mais lugar para deixar as carretas. Elas estavam estacio-

na escolha pelo posto Treze de Maio, é justificada devido principalmente à existência de escritórios de transportadoras no local e ao ambiente. "Aqui a gente se sente à vontade diz o sr. José Cornélio, proprietário de uma carreta Scania 78 e que chegou a Vitória há 20 dias, transportando carga para a CST.

Ele veio de Guarulhos (São Paulo) e disse que aceita frete para qualquer outro Estado. "Com esta falta de carga, vou para qualquer lugar, principalmente no eixo Vitória/Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre. Para o Nordeste ele comenta que não compensa a viagem, pois dificilmente encontra-se retorno.

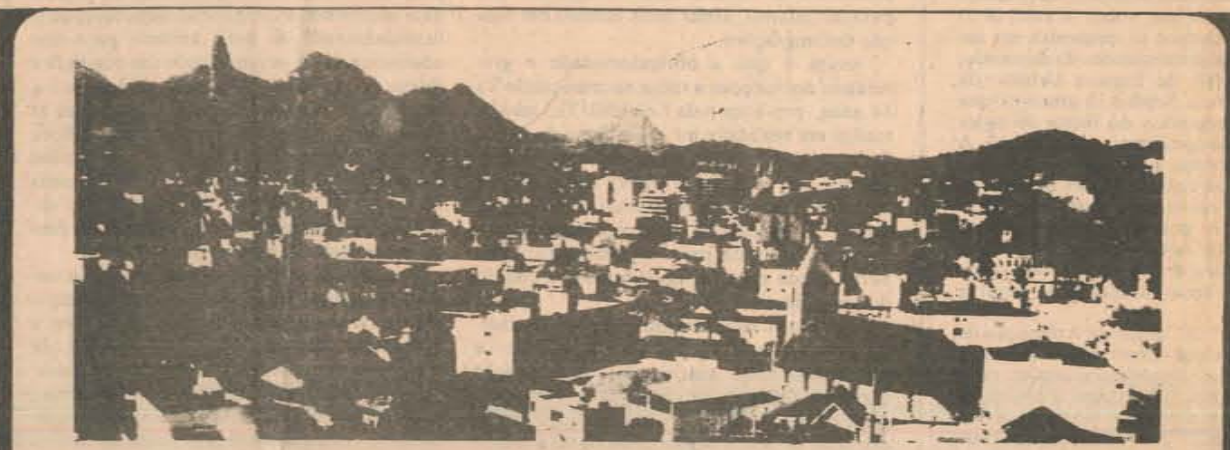
"São Paulo é um dos Estados onde as carretas nunca partem vazias", afirma o camioneiro José Carlos Macedo, que veio de Salvador sem frete. "Vitória e Salvador são os dois piores lugares", diz ele, proprietário de uma Scania 74. "Muitos foram embora sem apanhar nenhum frete, outros estão aqui esperando".

O camioneiro Joaquim Raimundo da Silva também está parado há dez dias. Ele transportou carga de Mogi das Cruzes (São Paulo) para a CST e está aguardando frete para São Paulo ou Belo Horizonte. Mesmo trabalhando para a Transportadora Monteiro, de Mogi das Cruzes, ele comenta que a situação está tão péssima quanto para os camioneiros autônomos, porque recebe comissão por viagem.

Um funcionário da Transportadora Transcap, localizada no Posto São Cristóvão, em Viana, que prefere omitir seu nome, explicou que esta situação, em parte é causada pela necessidade de transporte de cargas para a CST. Isto ocorre sem que a região da Grande Vitória tenha a mesma quantidade de oferta de fretes para retorno dos carreteiros.

"Aqui na região há poucas indústrias", comenta ele, "uma das que mais oferece cargas para outros Estados é a Ferro e Aço, mesmo assim o volume de transporte diminuiu este ano. Se você quiser fazer uma boa reportagem", sugere ele, "é só verificar o volume de carga que a Ferro e Aço mandava para outros Estados há tempos atrás e quanto está mandando agora."

A Transportadora Transcap trabalhava com transporte de cargas da Ferro e Aço. Há alguns tempos, entretanto, cerca de 20 carretas desta



Parabéns Cachoeiro

**Estamos orgulhosos de você
Desenvolvimento é assim que se faz
Das crianças cuidamos nós.**

Polifral

além da receptividade de futuros pais quanto à necessidade de esclarecer o menor da sua situação de adotado e documentação pessoal.

quantidade de carretas estacionadas no posto Treze de Maio e nos terrenos próximos ao acossamento. "A situação estava tão ruim", comentam os camioneiros, "que não havia mais lugar para deixar as carretas. Elas estavam estacionadas umas juntinhas às outras, para permitir que todos ficassem por aqui".

e Aço mandava para outros Estados há tempos atrás e quanto está mandando agora." A Transportadora Tanscap trabalhava com transporte de cargas da Ferro e Aço. Há alguns tempos, entretanto, cerca de 20 carretas desta empresa estão trabalhando nos canteiros da obra da Companhia Siderúrgica de Tubarão.

E da mata se fez tudo

INDUSTRIA E COM. DE MADEIRAS FERREIRA LTDA.



História: escravos pioneiros abrem um clareira na mata. Hoje é um bairro da cidade.



Um ângulo de Cachoeiro de Itapemirim hoje

Madeiras Ferreira e a História de Cachoeiro

A exploração de madeira na região de **Cachoeiro de Itapemirim** foi iniciada por volta de 1812, quando começou a construção da estrada que ligava o porto de Itacibá, na baía de Vitória a Mariana, em Minas Gerais. Esse porém, pode-se dizer que foi o início da exploração mais industrial, porque desde que os primeiros jesuítas e pioneiros portugueses aqui aportaram, a derrubada foi feita para conseguir-se madeiras para a construção de casas.

Com a abertura de outras estradas, também no Governo de Francisco Alberto Rubim, mais madeira foi retirada daqui. Já então para a fabricação de carroças, móveis e mais habitações.

Mas em 1872, com o início da construção da

primeira estrada de ferro do Espírito Santo, a madeira servia para dormentes e pontes que ajudaram a concretização da ferrovia 15 anos depois, quando foi, finalmente, inaugurada. Paralelamente, mais madeira era industrializada, também para a construção de pontes sobre o rio Itapemirim, barcas e até exportação para outros pontos do Estado.

E até hoje a região fornece madeira para todo o Estado. Quem está presente hoje nesse ramo industrial, sabe da importância que a mata tem para o desenvolvimento.

Nós da **Madeiras Ferreira** acompanhamos a história e estamos orgulhosos de contribuir ainda hoje para o progresso de Cachoeiro e do Espírito Santo.



A cidade antiga, no início do século: Ponte da Cacoira Grande

MATRIZ: Fábrica de Esquadrias "PLUS-ULTRA"
Rua Bernardo Horta, 75/81 — Fone 522-0860
Caixa Postal 298

FILIAL: Serraria para desdobramento de Toros
Rua Dr. Ozires de Almeida Freitas, 817/93

Perspectivas da Serra - III

Por Silvia Raquel Chabal e Suely Lievori.
Fotos: Joaquim Nunes

Serra vive o drama do seu crescimento

Esta é a terceira reportagem de uma série de quatro sobre o município da Serra. Hoje é abordado o desenvolvimento econômico e as condições de vida da população. Na primeira matéria, publicada no último domingo, dia 28, foi mostrada a situação das comunidades, o processo migratório e sua influência na cidade, e a carência de escolas.

(Continuação da 1ª página) — Apesar de todas as cores negras com que se costuma pintar os problemas do município da Serra, o Instituto Jones dos Santos Neves está consciente de que a problemática serrana ainda tem recuperação e que o poder público municipal pode viabilizá-la economicamente, bastando para isso que se priorizem os investimentos e que se ordenem as aplicações orçamentárias. Nesse sentido, o Instituto elaborou um Plano de Ordenamento Urbano (POU), cujo objetivo principal é consolidar uma prática mais racional de ocupação do solo.

A idéia era boa, principalmente tendo-se em vista a justificativa inicial de "assegurar a melhoria de qualidade de vida da população do município, propiciar a população a provisão, em qualidade e quantidade, de infra-estrutura, equipamentos e espaços de vivência e lazer, racionalizar a distribuição espacial dos investimentos públicos e regular o parcelamento do solo urbano". Entretanto o projeto foi elaborado em 1978, apresentado às PMS e engavetado, à espera de recursos municipais. Esta morosidade do Executivo Municipal em aprovar o plano e aplicá-lo na prática tirou dos técnicos do IJNS a seguinte queixa: "Se o projeto for aprovado pela Câmara Municipal, ou melhor, quando ele for apreciado, já estará caduco, inadequado a nova realidade, levando-se em conta que o acelerado desenvolvimento industrial gera transformações profundas no Município".

E apesar da inércia da PMS, os técnicos do IJNS acreditam que o Plano de Ordenamento Urbano (POU) é ainda a melhor solução, no sentido de minimizar os efeitos causados pela instalação da CST, no Planalto de Carapina. Segundo as explicações do arquiteto do IJNS, sr. Antônio Carlos Carpintero o Município da Serra está tão desorganizado, em termos de infra-estrutura e uso do solo, que a melhor opção é o POU ao invés do tradicional Plano Diretor Urbano (PDU).

A principal característica do PDU — explica o sr. Carpintero — é o planejamento físico do Município, levando-se em conta que o mesmo tenha suporte econômico e social para viabilizar essa proposta urbana. E a Serra não preenchia esses requisitos. Optou-se, então, pelo POU, cuja finalidade é organizar a concentração industrial, estimulando o adensamento dos loteamentos já existentes, dotando-os de infra-estrutura adequada e impedindo — através de uma legislação municipal — a proliferação imobiliária.

Com vistas a reorganizar o espaço físico do Município da Serra, o POU delimitava três áreas de urgência administrativa. Estas áreas foram classificadas como "zonas emergentes" e subdivididas em: Zona de Urbanização Prioritária (ZUP) Zona de Expansão de Urbanização (ZEU), e Zona de Urbanização Diferida (ZUD).

Na ZUP predomina a região litorânea, como Tubarão, Civit, Carapina, Carapebus, Manguiños, Jacaraípe, Nova Almeida, sendo também extensiva à Serra — sede do Município — a Pitanga. A ZEU abrange todo o norte do Civit, mas sua ocupação somente será permitida após o adensamento populacional dos loteamentos já existentes. É a ZUD, por sua vez, delimita as áreas de preservação ambiental e cultural, tomando por base o Mestre Alvaro e o acervo cultural das igrejas da Serra.

De acordo com o projeto do POU — que até o momento nem sequer mereceu estudo por parte da PMS — o Município deveria realizar investimentos nas áreas da ZUP, tais como: abertura, pavimentação e conservação de vias e logradouros públicos; transporte coletivo; abastecimento de água, coleta e disposição de esgoto sanitário e coleta e circulação das águas pluviais; coleta e disposição dos resíduos sólidos de limpeza urbana; suprimento de energia elétrica; de iluminação pública, telefonia e correios; equipamentos sociais urbanos e áreas de lazer e recreação; e construção de conjuntos habitacionais, visando preencher alguns vazios urbanos.

A PMS, quando de sua iniciativa para a instalação de infra-



O principal temor é que a CST eleve os prejuízos ambientais causados pelo Porto de Tubarão,

como extensão da BR 101, nas imediações do Parque Residencial Laranjeiras e Civit, ligando Jacaraípe e Nova Almeida, numa paralela a rodovia existente hoje; e a via arterial principal TRÊS, que ligaria o Civit ao complexo de Tubarão, no sentido Noroeste-Sudeste cruzando transversalmente as outras duas, servindo de opção para o transporte de carga, aliviando o trânsito das rodovias existentes.

Também em função da explosão populacional verificada nos últimos dez anos, geradora da inchação residencial municipal da Serra, o IJNS projetou o Centro de Animação de Carapina, cujo objetivo era atomizar a Serra e ser pólo de atração comercial, tirando a dependência do Município em relação à Vitória. Carapina foi o local escolhido porque é o "coração serrano, onde os Grandes Projetos estão sendo executados, e para onde a população está se deslocando. O projeto do Centro de Animação seria custeado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), que liberaria a quantia de Cr\$ 20 milhões, Entretanto, na hora "h", o crédito foi vetado e o projeto arquivado.

CST

Dizem os mais céticos, que todos os projetos de ordenamento urbano do Município estão em função da instalação da CST e que a história econômica da Serra será escrita a partir do antes e depois dos grandes projetos. Certamente eles têm razão, exatamente no sentido de que todos os problemas infra-estruturais e de habitação são gerados em função do êxodo rural e em decorrência da atração e perspectiva de emprego na CST ou indústrias satélites que sempre acompanham os grandes investimentos.

Esta idéia pode ser reforçada, baseando-se em discursos arquivados nas bibliotecas públicas — com idade de 30 anos, o sr. Jones dos Santos Neves, então governador do Estado do Espírito Santo, previu a instalação da CST, em solo capixaba. Desta "visão histórica", nasceu a idéia de se localizar, em Carapina, um complexo industrial, com o objetivo de esperar o "Grande Projeto Governamental". Surgiram então as primeiras perspectivas para a instalação do Centro Industrial da Grande Vitória (Civit).

Quando, em 1973, a nível federal, começaram a surgir os primeiros estudos sobre a ampliação da CST e a instalação do complexo siderúrgico, vários estados mostraram-se interessados em sediá-la. Após vários estudos de viabilidade econômica e de localização, já que a usina deveria ser fixada em território litorâneo, o Espírito Santo foi o "grande" contemplado. Apesar de o Governo Estadual ter recebido de braços abertos a "boa notícia", a iniciativa federal causou um forte impacto na economia capixaba, pois a CST surgiu inteiramente à margem dos processos e

dava, eles não foram dotados de infra-estrutura necessária para que os preços dos lotes não ficassem muito elevados. As imobiliárias prometiam, oralmente, que "dentro em breve", os benefícios de infra-estrutura estariam viabilizados.

As palavras não tiveram ressonância na prática e a PMS — que não tem estabelecidos critérios para aprovação de loteamentos — terá que cobrir, com o orçamento público, o que as imobiliárias teriam, por lei, o dever de executar. Este estado de eterna carência habitacional, gera graves conflitos entre o poder público e as

barão para efeito de concessão de incentivos e, alegando que a CST contribuirá com 50 por cento da produção nacional de aço semi-acabado — de comum acordo com o Governo Estadual — elaborou uma nova legislação de isenção de impostos na aquisição de equipamentos, depreciação acelerada dos bens de fabricação nacional para efeito de imposto de renda, redução dos preços do minério de ferro, apoio financeiro, através de entidades oficiais de crédito.

CIVIT

Anterior à CST, mas em função dela, o Centro Industrial da Grande Vitória (Civit) foi idealizado em 1961 pela Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), como forma de ordenar o espaço industrial da Grande Vitória.

A área indicada era o Planalto de Carapina, no município da Serra. Todavia, o projeto inicial foi vetado pois o mesmo somente seria viável se houvesse suporte de um sistema de incentivos fiscais, fato este inviabilizado na esfera federal. Os estudos foram arquivados. Quando, em 1969, afirmou-se a idéia de que Carapina seria sede do complexo siderúrgico de Tubarão, ainda que nada neste sentido houvesse sido oficializado, o Governo Estadual achou por bem — na dúvida — arriscar e ordenar o projeto industrial.

Nesse sentido, foi criada a Coordenação do Planejamento do Espírito Santo (Coplan-ES), transformada, em 1971, na Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin), cuja meta básica era instalar o Civit. A legislação foi alterada em função do novo projeto.

A nível federal foi criado o DL-880, de 18 de setembro de 1969, que permite às pessoas jurídicas sediadas no Estado a aplicação em empreendimentos industriais e agropecuários com um desconto de 25 por cento no Imposto de Renda; a nível estadual, a Lei 2.469, de 28 de novembro de 1969, que permite ao contribuinte do ICM deduzir cinco por cento para ser aplicado através do Funres em projetos industriais instalados no Estado; e finalmente, a nível municipal, a Lei 337, de 9 de novembro de 1971, que concede isenção de impostos municipais pelo prazo de dez anos às indústrias que se instalarem no Município da Serra.

Diante de todos esses incentivos fiscais e de isenção, o Civit conta hoje com cerca de 22 indústrias, com uma ocupação de aproximadamente 70 por cento da área total de 330 hectares. A linha de produção varia desde pasta para eletrodos até sucos, óleos e ração, passando por ferragem e fundição até móveis e estofados. No quadro abaixo estão relacionadas as principais indústrias que atuam no Civit, sua produção, mão-de-obra empregada e sua situação atual. Os dados são de 1980 e foram pesquisados pela SEIC.

No somatório geral, o Município da Serra conta com 71 indústrias distribuídas, na sua grande maioria, no Planalto de Carapina. Devido a esta grande concentração industrial, os índices de

EMPRESAS QUE FORMAM O CENTRO INDUSTRIAL

Posicionamento: 28/08/1980

Nome da Empresa	Grupo Responsável e Procedência	Ramo de Indústria	Principais Produtos	Investimento Total (Cr\$1.000)	Mão de Obra	Área (m²)	Data de Entrada na Suppin	Situação Atual
SETOR I								
01 - FIBRASA - Ind. Com. Fios e Embalagens S/A	Souza Castro (MG)	Prod. Matéria Plástica	Fios e sacaria de polietileno	16.500	148	13.500	03/73	Em Operação
02 - CARBOINDUSTRIAL S/A	Ovind Lorenzini (RJ)	Metallúrgica	Pasta de Eletrodos	70.125	104	94.050	06/73	Em Operação
03 - POLYDONUS - Ind. e Com. de Plásticos Ltda.	Vaz e Serafim (ES)	Prod. Matéria Plástica	Embalagem de Polietileno	4.016	34	5.400	10/73	Em Operação
04 - AGROSILCO INDUSTRIAL S/A	Biomaco (ES)	Produtos Alimentares	Sucos, óleos e rações	21.000	480	78.877	01/74	Área Adquirida
05 - INBRAC VITÓRIA S/A	Roberto Ugolini (RJ)	Mat. Elétr. e de Comun.	Cordões, fios estanhados e isolados	19.000	49	20.685	01/74	Em Operação
06 - TEXIX - Têxtil Industrial S/A	Sobisa (RJ)	Têxtil	Cadargos para fechoeclax	18.000	120	46.786	02/74	Em Operação
07 - ALBA S/A - Indústria Químicas	Alba S/A (SP)	Química	Formol e adesivo para madeira	22.000	29	62.068	03/74	Em Operação
08 - METALÚRGICA VITÓRIA LTDA	Canabrava/Cinque (MG)	Metallúrgica	Ferragem p/ distribuição de energia	2.433	40	10.800	07/74	Em Operação
09 - FUNDIÇÃO E MECÂNICA MARTINS LTDA	Mecânica Martins (ES)	Mecânica	Fundição, usinagem e caldearia	1.700	35	5.400	12/75	Em Operação
10 - CONASA - Comp. Nac. p/ Miner. e Ind. S/A	Conasa (RJ)	Mecânica	Roletas e correntes transportadoras	3.500	46	6.400	05/76	Em Implantação
11 - PLUMA S/A - Indústria e Comércio de Móveis	Emile Scoffoni (PR)	Mobiliário	Móveis e estofados	8.000	40	5.400	08/75	Em Operação
12 - Federação Ind. Est. do ES - FINDES	FINDES (ES)	Serviços Públicos	SESI, SENAL, IDEIAS, CINDES	-	-	-	07/75	Em Operação
13 - BREFERTIL - Breda Fertilizantes Ltda.	Breda (ES)	Química	Fertilizantes, formol simples	4.700	50	13.500	03/77	Em Operação
14 - FAVIT - Fábria Aço Vitória S/A - Ind. Com.	Freire Jr. (MG)	Mecânica	Fundidor de aço	14.000	100	7.770	08/77	Em Implantação
15 - ROVIS S/A - Indústria Ótica	Almeida Rev. (SP)	Outras (Ótica)	Armações de acetato e metal pióculos	13.756	91	5.400	03/78	Em Implantação
16 - Nibee Industrial S/A - NISA	Pluma S/A (SP)	Metallúrgica	Conexões de cobre e bronze	80.000	109	21.600	05/78	Em Operação
17 - GASER - Perfil e Laminados S/A	Dalla Bernardina (ES)	Metallúrgica	Perfilados a frio, vergalhão, cantoneira	11.800	30	10.800	09/78	Em Operação
18 - METALÚRGICA ANDRADE	A. Andrade (ES)	Metallúrgica	Esquadrias de alumínio	5.200	48	8.000	09/78	Em Operação
19 - MEP - Ind. e Com. de Equipamentos Ltda	Ribeiro Val (ES)	Equip. de precisão	Equipamentos médicos e cirúrgicos	1.250	21	2.911	10/79	Em Implantação
20 - I-SELSA - Subestação Civit I	Elektrobras	Serviços Públicos	Fornecimento energia elétrica Setor II	-	-	15.356	04/80	Área Adquirida
21 - EMPROL - Embalagem Promocional S/A	Antonio Paull S/A (PR)	Papel e Celulose	Sacos de papel	25.000	80	10.500	04/80	Área Adquirida
22 - CORVIX - Couro Reconstituído Vitória Ltda	Const. Rio Doce (ES)	Outros	Couros reconstituídos	120.000	100	50.800	04/80	Área Adquirida
TOTAL				461.980	1.744	496.003		
SETOR II								
01 - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	-	Serviço Público Federal	-	-	-	18.000	-	Comodato
02 - INTERLINE MÓVEIS	Schieder - Mobil (Alcm.)	Mobiliário	Cadeiras e Módulos para móveis	17.800	200	59.800	02/76	Área Adquirida
03 - BEFINGAS	Beringás (MG)	Química	GLP	37.722	100	71.400	05/77	Área Adquirida
04 - SERMEC	Sodré/Rodríguez (ES)	Mecânica	Caldearia e Usinagem	45.000	508	18.000	10/79	Área Adquirida
TOTAL				100.522	408	267.200		

comunidades periféricas. De um lado, exigem melhorias urbanas, apoiadas no pressuposto de que também pagam impostos, e do outro, a poluição ambiental naquele bairro tornam-se problemas graves, já denunciados por técnicos e sanitaristas, mas que até o momento

primento de energia elétrica; de iluminação pública, telefonia e correios; equipamentos sociais urbanos e áreas de lazer e recreação; e construção de conjuntos habitacionais, visando preencher alguns vazios urbanos.

A PMS, quando de sua iniciativa para a instalação de infraestrutura nas áreas de prioridade administrativa, deveria levar em consideração os seguintes requisitos — segundo o POU: nos agrupamentos com área superior a 10 mil m² e que tenham mais de 50 unidades habitacionais, pelo menos dois por cento dessa área terão que ser destinadas ao comércio e serviços, incluindo as áreas cobertas vinculadas aos equipamentos de água, esgoto, telefonia e energia elétrica.

Nos agrupamentos com área superior a 15 mil m² e que tenham mais de 100 unidades habitacionais, pelo menos três por cento da área deverão ser destinados a centro de atividades comunitárias, creches e áreas esportivas; levando em consideração o exposto na cláusula anterior. E finalmente, nos agrupamentos em área superior a 50 mil m² e que tenham mais de 300 unidades habitacionais, pelo menos cinco por cento desta área deverão ser destinadas a equipamentos escolar e de saúde, sem prejuízo dos benefícios explícitos nos itens anteriores.

SISTEMA VIÁRIO

Além do fator infra-estrutura básica de saneamento, o POU preocupou-se em reorganizar o sistema viário do município da Serra, expressando-o em três vias abrangentes. As duas primeiras ligam Carapina a Jacaraípe (visando intensificar o turismo como forma de lazer), articuladas entre si como único eixo. A terceira, com capacidade para absorver o fluxo de carga, integrando o setor industrial do Civit ao complexo siderúrgico/portuário de Tubarão e Praia Mole, cruzando as duas primeiras rodovias. Esse conjunto de vias compõe o Sistema Arterial principal.

Desse modo, o sistema viário da Serra ficaria assim organizado: via arterial principal UM, como conexão entre a avenida principal de Jardim Limoeiro e o bairro de Fátima, passando em viaduto sobre a ferrovia; via arterial principal DOIS, que serviria

Civit e CST: localização inadequada

Segundo as explicações da época, o Planalto de Carapina foi escolhido para sediar o Civit pois constatou-se que "é para o Sul a tendência de crescimento habitacional da Grande Vitória, e para o Norte e Nordeste a tendência de seu crescimento industrial planejado". Este pressuposto também serviu de suporte para a escolha daquele mesmo local, como sede da CST. Todavia, há discordâncias quanto a este dogma.

O técnico do IJSN, sr. Antônio Carlos Carpintero, é de opinião de que a localização de indústrias no Município da Serra tem dois pressupostos de discussão: "O complexo portuário e siderúrgico de Tubarão e o Civit. A aceitação desses pressupostos não significam a concordância com a sua localização, mas o reconhecimento de um dado da realidade. Em verdade, ambos representam para o conjunto da aglomeração da Grande Vitória, um elemento prejudicial se for considerado que se encontram precisamente a montante dos ventos dominantes".

Verificando toda a documentação preliminar à implantação do Civit e da CST constatou-se que em nenhuma vez foi levada em consideração a posição dos ventos Norte-Sul, dominantes na região de Carapina com destino a Vitória. E apesar de a CST afirmar que o sistema anti-polução das emissões de fumaça das coqueiras estará funcionando 12 meses após o início da primeira fase de produção (1982), o técnico do IJSN mostrou-se cético quanto à sua eficácia, exemplificando que as medidas adotadas pelo Porto de Tubarão de nada valeram, em termos de humanização ambiental.

Alegando que o Civit e a CST estão mal instalados na região de Carapina, embora não indicasse qual o local que seria mais adequado, o sr. Antônio Carlos Carpintero disse que "eles estão implantados, e agora não cabe discutir sua localização, mas procurar medidas que possam melhor integrar estes dois elementos ao contexto urbano".

Nesse sentido, ele faz algumas considerações. A primeira se refere ao tipo de indústrias a serem localizadas no Civit daqui para a frente e sua distribuição espacial. Segundo o sr. Carpintero, o Governo Estadual deveria estruturar uma política de localização industrial considerando não apenas o porto e o lado econômico do investimento, mas os fatores de poluição.

Como solução para o impasse causado pela instalação do Civit, e da CST, e como forma de minimizar os problemas deles decorrentes, o sr. Carpintero sugeriu que os governos Estadual e Municipal incentivassem a implantação, no Município da Serra, de indústrias de pequeno e micro porte, como as marcenarias, serralherias e outras do ramo, "já que estas não poluem e empregam significativa faixa de mão-de-obra".

Na sua opinião, esta seria a única forma de amenizar os transtornos causados pelos "Grandes projetos" e "evitar que a problemática se prorrogue por tempo indeterminado, arrastando-se de governo em governo, pelos mesmos motivos de carência financeira para conter os abusos que, em nome do progresso, são cometidos diariamente".

em sua sede. Após vários estudos de viabilidade econômica e localização, já que a usina deveria ser fixada em território litorâneo, o Espírito Santo foi o "grande" contemplado. Apesar de o Governo Estadual ter recebido de braços abertos a boa notícia a iniciativa federal causou um forte impacto na economia capixaba, pois a CST surgiu inteiramente à margem dos processos e interesses econômicos do município da Serra, que não tinha — como ainda não tem — infra-estrutura adequada para abrigar toda a problemática decorrente.

Mas, alheias aos problemas sociais, as obras tiveram início e a primeira fase de produção está prevista para 1982. Nesta primeira fase de industrialização, a CST empregará cinco mil funcionários, que gerarão nove mil empregos indiretos, totalizando 14 mil pessoas, que trabalharão em função do complexo siderúrgico e indústrias satélites.

Todo este contingente de trabalhadores implicará num acréscimo populacional de cerca de 46 mil pessoas. Isso sem levar em consideração, que ainda este ano, em julho, a companhia absorverá cerca de 20 mil operários — qualificados ou não —, em setembro, mais 23 mil, e em dezembro — que será o pique de construção, com vistas à conclusão das obras — cerca de 25 mil pessoas serão empregadas, direta ou indiretamente. E a Serra não está dotada de infra-estrutura adequada para abrigar este contingente populacional excedente.

Atualmente, a CST está proporcionando cerca de 16 mil empregos, diretos e indiretos. Sob suas ordens estão trabalhando 1.200 operários e o restante — para completar os 16 mil — está empregado pelas 34 empreiteiras instaladas nos canteiros de obras. Trinta e seis por cento do contingente profissional assalariado pela CST pertencem as categorias de técnicos e de engenheiros e os outros 64 por cento são constituídos de peões — mão-de-obra desqualificada, procedente do interior do Estado, principalmente, de Conceição da Barra, Pinheiros, Ecoporanga, Barra de São Francisco e Nova Venécia; e de outros Estados, como Bahia e Minas Gerais. Os peões, geralmente acompanham as empreiteiras.

Em função da oferta de empregos da CST vários empreendimentos imobiliários proliferaram no município da Serra. To-

AGRICULTURA

A agricultura vem se comportando, na Serra como em todo o Estado a partir do abandono a que foi relegada em função dos efeitos a longo prazo da crise cafeeira, embora a Serra se destaque, no cenário estadual, como grande produtor de abacaxi, banana e arroz. Só que a equação "inchação urbana versus êxodo rural" assume no Município uma característica peculiar: ela se dá internamente, e muitas vezes sem a necessidade de deslocamento do chamado "homem do campo" para a zona urbana. Ao contrário: a zona urbana vem até ele, através da progressiva ocupação, por parte dos migrantes, das áreas periféricas de Carapina. Há inclusive quem garanta que o município da Serra passa por um processo de transição, onde a produção agrícola intensiva com vistas à comercialização, é substituída pela agricultura de subsistência.

A evolução da produção agrícola do Município de 1964 a 1979 (ver quadro I) mostra que essa é uma hipótese precipitada mas não fora de cogitação: há um declínio evidente nas safras de arroz, mandioca, milho, banana, abacaxi e cana de açúcar, os principais produtos da região, segundo dados da Secretaria de Estado da Agricultura. Em relação ao comportamento da População Economicamente Ativa, no entanto, a possibilidade de as populações rurais estarem ocorrendo em massa a outros tipos de ocupação que não os do setor primário é evidente (ver quadro II). Isso significa que os proprietários rurais da Serra estão, cada vez mais, lançando mão dos chamados bóias fria para a colheita, ante o incontrolável esvaziamento das fazendas ou o avanço cada vez mais ousado dos loteamentos imobiliários na região.

A administração municipal reproduz a indiferença dos níveis Estadual e Federal em relação à agropecuária, já que estão firmemente empenhados em fazer da Serra um Município eminentemente industrial, destinado a receber grandes levas de migrantes atraídos pelas oportunidades de emprego, embora nenhuma providência esteja sendo tomada para acomodar essa massa de gente. Somente os Grandes Projetos — fora as indústrias satélites que não de se instalar no Civit — terão capacidade de gerar 10,6 mil empregos diretos.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DA SERRA

PRODUTO/ANO	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80*
ARROZ	864	648	96	240	180	200	250	200	2688	1791	1800	1922	624	1233	878	1386	
ABACAXI	1500	1800	1800	3000	3300	3600	3900	3930	3960	2805	4950	4051	8032	2638	1107	1024	
BANANA	2196	2205	2160	2196	2196	2160	2250	2286	2130	2958	1308	2400	1532	1707			
CANA AÇÚCAR	6080	6210	5800	5940	9450	10260	8910	7700	6885	4131	7074	2943	3994	3905	3488	2347	
MANDIOCA	3360	3520	3760	3280	2880	3120	3520	3280	3040	2819	2318	1950	2623	1259	2977	768	
MILHO	63	60	34	73	62	54	48	38	18	-	72	20	20	26	24	24	

Fonte: FINEC

03 - BETINGAS	04 - SERMEC	TOTAL	05 - BETA	06 - BETA	07 - BETA	08 - BETA	09 - BETA	10 - BETA	11 - BETA	12 - BETA								
Betingas (MG)	Sodre/Rodrigues (ES)	Química	Mecânica	Caldearia e Usagem	17.800	59.800	02/76	Área Adquirida	37.722	100	71.400	05/77	Área Adquirida	45.000	508	18.000	10/79	Área Adquirida

comunidades periféricas. De um lado, exigem melhorias urbanas, apoiadas no pressuposto de que também pagam impostos, e do outro lado, as mesmas desculpas: "Não temos verbas".

E, indiferente aos problemas gerados pela CST — somente pensando nos benefícios econômicos imediatos — o Governo Federal definiu como prioritário o Projeto Siderúrgico de Tu-

poluição ambiental naquele bairro tornam-se problemas graves, já denunciados por técnicos e sanitaristas, mas que até o momento não sofreram interferência estadual, visando humanizar os efeitos da poluição — principalmente da queima de madeira. Segundo pesquisa da Findes, até meados de 1979, era este o quadro geral de indústrias instaladas no Município da Serra:

DADOS SOBRE A SITUAÇÃO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DA SERRA

Tipo de Indústria	nº de empresas	Mão de Obra	Faturamento	Capital Social
Minerais Não-Metálicos	5	37	19.983.648	2.963.300
Louças e Pisos Cerâmicos	2	585	161.594.250	107.000.000
Estruturas de Cimento	7	57	19.214.660	57.340.100
Indústrias Metalúrgicas	7	209	149.761.509	36.060.000
Estruturas Metálicas	5	51	43.804.252	42.020.000
Esquadrias de Ferro	3	24	13.148.998	1.880.000
Material Elétrico/Eletrôn.	2	16	11.100.321	11.160.155
Material de Transporte	2	21	1.900.000	19.945.540
Indústrias de Madeira	9	1.605	60.655.073	259.321.000
Esquadrias de Madeira	3	25	2.990.574	1.478.000
Artigos de Madeira	2	2	2.014.880	45.000
Móveis de Madeira	6	63	24.245.426	13.585.000
Colchoaria	2	2	142.711	15.000
Papel e Papelão	1	66	13.455.349	1.613.693
Couros e Peles	1	-	26.704.514	32.800.000
Produtos Químicos	3	12	46.689.531	31.295.998
Sabões e Sabonetes	1	2	2.400.000	730.000
Material Plástico	2	2	14.810.069	5.800.000
Produtos Alimentares	4	16	27.515.467	2.154.000
Outras	4	5	5.782.889	1.125.000
TOTAIS	71	2.800	647.914.101	628.331.786



O abacaxi é um dos raros produtos agrícolas

QUADRO II

MUNICÍPIO DA GRANDE VITÓRIA (10)	População	Indústria	Setor Primário
Vitória	1970: 1,7	15,7	78,6
1977	1,5	12,5	86,0
Vila Velha	1970: 3,2	34,5	72,3
1977	2,4	18,9	78,7
Cariacica	1970: 7,3	33,4	59,3
1977	4,6	19,9	76,1
Serra	1970: 39,4	21,6	39,0
1977	9,8	30,7	59,4
Vila Rica	1976: 39,2	18,1	22,6
1977	26,5	18,2	35,3

Empresários exigem participação nas decisões estaduais

O quadro atual e aquele que se prevê após a primeira fase de operação da CST, no início de 1982, e a já constatada falta de infra-estrutura básica municipal para acolher-se não bem, pelo menos humanitariamente — todo o contingente populacional excedente atraído pela oferta de emprego, conduz os empresários capixabas a uma série de cogitações sobre a viabilidade econômica do projeto siderúrgico, a nível de participação financeira local.

A simples constatação do vulto das necessidades de financiamento indicadas na programação do setor de metal-mecânica da Serra dá uma idéia da problemática a ser enfrentada pelo empresariado local e, em potencial, no Espírito Santo. "Se é que nos importa, que as oportunidades de investimentos a serem induzidos pelos Grandes Projetos, particularmente o Projeto Siderúrgico de Tubarão, sejam apropriados pelo empresariado capixaba", esclarece um manifesto da Findes, publicado na Revista Capixaba, do ano passado.

Para os empresários, o mais forte impacto que a operação da CST vai determinar sobre a comunidade capixaba é o das necessidades financeiras, no sentido de que o Governo Estadual está alijando das oportunidades geradas a participação privada local.

"Não estamos exagerando quando concluímos que, deixado ao desamparo de uma política de apoio financeiro e de estímulos fiscais, o empresariado capixaba não tem condições de, sequer, consorciar-se a empresários de outros Estados para a formação de novos empreendimentos".

Segundo as declarações do presidente da Findes, sr. Oswaldo Vieira Marques, "a Federação está consciente desta problemática, e há muito tempo vem procurando alertar nossas autoridades e lideranças empresariais para o imperativo de um equacionamento imediato e definitivo das necessidades de infra-estrutura municipais e de captação de recursos para o setor privado".

A solução, na opinião dos empresários, é a reformulação do Geres, no sentido de que ele seja transformado em órgão de sustentação financeira e orientação programática do desenvolvimento econômico capixaba.

A insatisfação dos empresários, motivada pela falta de incentivo estadual — pelo menos a nível de atenção local — serviu de suporte para as reivindicações da classe transformadas em documento que foi entregue ao governador do Estado, no final do ano passado.

Anexada aos protestos, estava a minuta do projeto de lei criando o Sistema de Incentivos do Desenvolvimento do Espírito Santo, compreendendo, entre outros, os seguintes programas: participação no capital de empresas industriais, fomento e empreendimentos industriais e ao desenvolvimento tecnológico, financiamentos, promoção industrial, desenvolvimento de recursos humanos para a indústria, através de adequação escolar suplementar.

Leia amanhã a quarta e última reportagem da série sobre o município da Serra. Os balneários, o comércio, os serviços e a poluição são os problemas abordados.